

SINGULARIDADE E SUBJETIVIDADE DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL³

Luís Tomás Domingos

Ministério da Cultura, Juventude e Desporto da República de Moçambique
Universidade Paris VIII – Vincennes a Saint-Dennis – França.
Rua Golfo de Anadyr, 66
Intermares - Cabedelo - PB
e-mail: marilia@cefetpb.br

Resumo

Em nossos dias, raros são os pesquisadores sérios que aceitam como tal os “fatos” da realidade da história da escravidão no Brasil. Infelizmente, a ciência esteve sempre presa nas teias de uma ideologia e colocada ao serviço desta mesma ideologia dominante. Eis aí a questão da singularidade e da subjetividade na escravidão, cujo objetivo é mostrar como uma controvérsia sobre a história da escravatura encontra seu ponto de partida nas contradições contemporâneas da historiografia. Esta ausência da objetividade científica não cessa de interferir nas atividades dos pesquisadores e não lhes deixa indiferentes, mesmo trabalhando num determinado domínio de conhecimento muito restrito. Alguns “pesquisadores”, porém, sentem a necessidade de inventar eventos, algumas vezes mesmo a história da escravatura no Brasil.

Palavras-chave: Escravatura / Singularidade / Subjetividade

1. Introdução

Do século XVI ao XIX, para suprir às necessidades de mão-de-obra nas colônias portuguesas, um importante tráfico foi organizado para enviar ao Brasil milhares de homens e mulheres da costa do Golfo de Guiné e das atuais repúblicas de Angola e Moçambique, principalmente. A grande diversidade étnica e cultural deste contingente de mão-de-obra constituía uma vantagem em relação à grande homogeneidade da população indígena.

Em toda América escravagista, e mais particularmente no Brasil, a escravatura constituiu a base da força de trabalho de numerosas atividades produtivas e não produtivas. Nestas regiões, a cultura agrícola utilizando mão-de-obra escrava constituiu a atividade econômica dominante.

“O Brasil foi o país das Américas que mais desenvolveu o sistema escravista. No século XVI a jovem colônia lusitana já dominava a população indígena. Por outro lado, o Brasil foi a última nação a abolir a escravatura. E aquela que importou o maior número de homens - em torno de 40% do total do tráfico transatlântico. Durante mais de três séculos, as principais atividades econômicas e comerciais do país repousaram sobre o trabalho dos homens negros dominados. Foi o caso da produção açucareira, da extração de minérios, da cultura do algodão, do arroz, do café, etc... As atividades anexas, como os transportes, a criação, a agricultura de subsistência, etc. dependiam igualmente em maior ou menor proporção desta forma de trabalho forçado.”⁴

³ Traduzido do francês por Marília De Franceschi Neto

⁴ J. GORENDER, *Escravidão Colonial*. 4 ed. São Paulo: Atica, 1985.

Em nossos dias, raros são os pesquisadores sérios que aceitam como tal os “fatos” da escravidão no Brasil. Esta realidade vem de encontro à afirmação de Roger Bastide: “*Nas suas origens, a ciência encontra-se presa nas teias de uma ideologia - seja uma ideologia de descrédito ou de valorização - e é colocada a serviço desta ideologia.*”⁵ Mesmo não sendo os “antagonismos entre raças” assim tão manifestos e agudos na América Latina como na América do Norte, poucas pessoas admitirão que tenham sido completamente abolidos. Gilberto Freyre, pensava que estes “antagonismos entre classes” haviam sido completamente abolidos.

Segundo Freyre, a escravatura no Brasil foi igualmente legalista, pois oferecia a todos possibilidade eqüitativas. Quer dizer, o sistema de escravidão permitia ao escravo “negociar” com seu senhor ou acomodar-se agradavelmente na sua condição de escravo. O trabalho é, muitas vezes, descrito como uma festa, e a violência passa a ser uma “punição justa”, como aquela que é infringida às crianças livres.⁶

Nesta fantasia, a escravidão adquire um caráter consensual, aceito pelos próprios escravos e é estabelecido, entre estes e seus senhores, um pacto social e um quadro de coexistência pacífica. Foi com esta posição que se desenvolveu o mito da “democracia racial” na sociedade brasileira.

Eis aí, a questão da singularidade e da subjetividade na escravidão brasileira que analisaremos ao longo deste texto, cujo objetivo é mostrar como uma controvérsia sobre a história da escravidão encontra seu ponto de partida nas contradições contemporâneas, bem posteriores à escravatura, nas quais ela não cessa de interferir.

1. As Generalizações das Concepções de Escravidão no Brasil

Creio, no entanto, que o problema das generalizações não foi estudado com um rigor suficiente por Gilberto Freyre, e que concepções vagas, inadequadas e mesmo falsas são muito comuns para justificarem uma posição polêmica sobre a escravidão no Brasil.

*“Após tudo, a controvérsia na América Latina foi tão intensa, mesmo que ela não tenha tomado as mesmas proporções. No Brasil, em particular, o mito da harmonia racial teve vida longa e, contam os historiadores entre suas vítimas. O nome mais marcante é aquele de Gilberto Freyre, que foi influenciado por uma série de trabalhos intelectuais.”*⁷

As generalizações das concepções de escravidão no Brasil são, muitas vezes, a recapitulação pelo historiador das opiniões sobre a explicação histórica de um encadeamento fatal de circunstâncias e de causas que foram mostradas de maneira menos evidente pela sua seleção e sua maneira de organizarem os fatos..... À diferença do “núncio de fatos”, as generalizações parecem perigosamente aptas a se conformar às tendências subjetivas do espírito particular que lhes concebeu.

No modelo escravagista brasileiro, as condições objetivas e subjetivas da discussão entre senhores e escravos eram desfavoráveis aos segundos. A heterogeneidade cultural e produtiva da classe escrava, sua distribuição, através das diferentes unidades de produção, sua destruição sistemática e a reprodução não natural de sua população, ao mesmo

⁵ BASTIDE, R. *Les Amériques Noires*. Paris: Payot, 1967. p. 8.

⁶ FREYRE, Gilberto, *Casa Grande & Senzala*, 32^a éd., Rio de Janeiro e São Paulo : Record, 1992. Préfacio.

⁷ FINLEY, Moses. *Mythe, Mémoire, Histoire*, Paris: Flammarion, 1981, p. 45.

tempo que as condições de vida e de trabalho impostas pelos senhores em contraposição a uma classe nacional dominante unida e homogênea, tanto do ponto de vista étnico quanto cultural e político, formada pelos senhores.

Segundo Moses Finley,

*“há dois aspectos que diferenciam a escravidão de todas as outras formas de trabalho forçado. A primeira é a sujeição absoluta do escravo: ele não tem poder e nem direitos para nada e nunca (a menos que seu senhor, por um ato pessoal de indulgência, o liberte). A segunda é sua qualidade de estrangeiro. As sociedades nunca hesitaram em submeter importantes grupos de sua própria população à escravidão por dívidas à servidão, etc.. Mas não conheço sociedade que tenha tolerado a escravidão em seu próprio território, de sua própria população, mesmo quando tolera sua venda ao estrangeiro.”*⁸

O caráter, essencialmente, negro da escravidão americana é igualmente devido a outros fatores. Em muitas regiões da América, a população indígena, perseguida, rarificou-se rapidamente. A África representava um “reservatório” de escravos próximo e abundante, que já havia sido explorado como tal antes da descoberta da América. Era mais fácil submeter um homem à escravidão em um território estrangeiro ao seu, porque o retorno ao seu país tornava-se impossível. O transporte do escravo africano para as plantações americanas, com todos os horrores dos quais já ouvimos falar, constituía em si mesmo um primeiro passo na “aprendizagem” do “vir a ser escravo”. O tratamento infligido submetia física e moralmente o africano, preparando-o assim para a escravidão.

1.1. A Diversidade de Tipos de Escravos

No Brasil, os escravos foram classificados segundo sua origem, e podiam ser “de terra”, “de nação” ou “crioulos”. Os crioulos eram os escravos nascidos no Brasil e os mais belos e mais inteligentes, dentre eles, eram utilizados nos trabalhos domésticos, de vigilância, etc. Os *escravos de nação*, nascidos na África e selecionados nas praias do continente negro, eram chamados *boçais*, quando desembarcavam e *ladinos* quando haviam aprendido a falar o português e estavam aptos a exercer uma profissão qualquer. Não raro, os escravos nascidos no Brasil menosprezavam os “rudes africanos”, reproduzindo, assim, a visão do senhor. Todas estas designações organizavam e justificavam as relações sociais escravagistas.

A escravidão brasileira foi sempre mais forte nas zonas rurais que nos aglomerados urbanos - quer se tratassem de grandes cidades ou de vilarejos. A grande maioria de homens livres e dos escravos trabalharam e viveram nas plantações, nas minas e em outras unidades de produção rural. Tanto na época da colônia, quanto durante o Império, as cidades eram pouco desenvolvidas e mal equipadas,⁹ as corporações da Idade Média não existiram.

Os cativos eram igualmente classificados, segundo a forma de exploração à qual estavam submetidos. Encontramos assim os *escravos de eito*, *de aluguel*, *de ganho*, etc. Os primeiros eram os escravos empregados nos trabalhos agrícolas. O eito, sendo a parcela de terra onde trabalhavam os escravos e, por associação, a própria equipe de escravos. Quando um senhor alugava fortuitamente, periodicamente ou sistematicamente um escravo a terceiros, o mesmo tornava-se *escravo de aluguel*. Alguns proprietários deixavam a cargo de seus escravos a responsabilidade de procurar uma ocupação e uma fonte de rendas, devendo estes enviar-lhe periodicamente uma soma fixa. Em geral, com aquilo que recebiam, a mais do ganho, deviam alimentar-se e vestir-se. Estes últimos denominavam-se *escravos de ganho*.

⁸ Idem. p. 55.

⁹ MESTRI, M. *L'esclavage au Brasil*, Paris: Karthala, 1991, p. 54.

Os escravos empregados nas residências ou que prestavam serviço diretamente ao senhor e à sua família - cocheiros, mucamas, etc. - constituíam uma categoria “privilegiada” em relação aos escravos rurais. Entre as duas categorias estabelecia-se normalmente um verdadeiro antagonismo.

Entre os escravos rurais e os escravos domésticos reinava uma certa desconfiança e uma profunda antipatia, que reflete bem o provérbio: “*Quando torna-se doméstico, o negro do campo esquece seu companheiro.*”¹⁰

Certos testemunhos sobre os afrontamentos particularmente violentos entre escravos domésticos e senhores sugerem que as relações entre as duas categorias foram mais virulentas do que pretende em geral a historiografia brasileira.

2. As Relações entre Senhores e Escravos

Em algum contexto, as relações sociais entre as classes eram particularmente violentas e a tortura física um dos principais fatores coercitivos.

Tanto no campo, quanto nas cidades os senhores e suas famílias viviam cercados de uma multidão de escravos. Era o pavor, a persuasão ou a concessão de pequenos privilégios que asseguravam a subordinação nessa relação de uma maneira premeditada ou impulsiva. Para se protegerem de eventuais atentados, os senhores cercavam-se de escravos fiéis.

Para os trabalhos domésticos, os senhores escolhiam os escravos mais brancos, belos e inteligentes. Nas “boas famílias”, os domésticos vestiam-se com elegância, algumas vezes mesmo luxuosamente. Normalmente, as senhoras exigiam que suas mucamas se apresentassem na missa de domingo calçadas e de seda. As tarefas que eram destinadas a estes escravos limitava-se às estritas necessidades domésticas dos senhores.

Um homem pobre tornava-se respeitável se ele possuísse um negro velho ou menino que pudesse ocupar-se das tarefas domésticas. Os grandes proprietários deviam, segundo sua riqueza e estatuto social, cercarem-se de um número cada vez maior de domésticos negros. Nas residências mais ricas cruzavam-se porteiros, mordomos, cozinheiras, passadeiras, amas de leite, cocheiros, lavadeiras, etc. Infelizmente, esta realidade ainda é presente hoje na maioria das novelas brasileiras. Nenhum homem livre digno deste nome aceitaria ocupar-se destas funções servis. Para os escravos, o prestígio e o privilégio dependiam de sua proximidade com o senhor e de confiança que ele lhe acordava.

Segundo os senhores, os escravos brasileiros trabalhavam pouco e comiam muito; quanto às punições, eram muito raras. Esta é também a posição de numerosos historiadores contemporâneos. A vida quotidiana dos escravos teria sido tão privilegiada que somos tentados a crer que os atuais trabalhadores veriam com bons olhos o retorno da escravidão. A descrição que nos faz a historiadora, Katia Mattoso, da alimentação de um escravo, leva-nos a crer que ele comia melhor do que a maior parte da população brasileira de nossos dias: “(...) a alimentação quotidiana de um escravo consistia em farinha de mandioca, milho, carne seca, caça, frutas da região (bananas, laranjas, limões, mamões) e melado. Os escravos que trabalhavam à proximidade de rios e praias podiam pescar peixes e crustáceos.” Baseada nos escritos de Maurício Goulart, a mesma historiadora afirma que levando-se em conta os feriados, um escravo trabalhava em média 250 dias por ano. Quase 4 meses de férias!

”A ideologia dos senhores parece ser facilmente compreendida, mas não estou certo de que ela fosse uma ilusão. Para justificar o papel preponderante que

¹⁰ COSTA, E. V. *Da Senzala à Colonia*, 2^{ed.} Sao Paulo, Ciências Humanas, 1982, p. 213.

representavam no comércio de escravos africanos, os portugueses afirmavam que escravizando os africanos, salvavam-lhes corpos e almas: evitavam que fossem comidos pelos canibais e salvavam-lhes a alma batizando-os. Não podemos deixar de rir perante argumentos tão grosseiros, mas o são mais grosseiros do que a ideologia, justificando os campos de morte nazistas?”¹¹

Em geral, os escravos negros, mesmo aqueles nascidos no Brasil, não eram considerados cidadãos brasileiros.

“Os senhores estavam conscientes dos laços que existiam entre as más condições de vida e a relativa freqüência de suicídio entre os escravos. Melhorar a qualidade de vida dos negros estava, entretanto, socialmente, ideologicamente e economicamente impossível para os escravocratas. Para diminuir as perdas, os senhores utilizaram-se sobretudo de argumentos ideológicos. No momento das rápidas e superficiais lições de doutrina cristã dispensadas aos escravos, o clero insistia sobre os castigos horríveis e eternos aos quais se expunham aqueles que cometiam o suicídio: uma sorte de escravidão sem fim.”¹²

É provável que, mais do que uma realidade objetiva, o envenenamento sistemático dos proprietários tenha constituído uma espécie de obsessão destes últimos, que encontravam sua origem em três aspectos do mundo dos senhores: a consciência de depender dos escravos, uma visão ideológica deformada da raça negra, e de uma medicina pouco desenvolvida.

A duração média de vida ativa dos escravos e as péssimas condições em que viviam influenciavam fortemente uma homogeneização cultural da população escrava já difícil e militante. Os senhores não podiam permitir, de maneira alguma, que mesmo uma pequena parte de seus escravos ascendesse a um nível cultural mais elevado, o que poderia ter constituído um fator explosivo de desestabilização política, ideológica e social na sociedade escravagista.

2.1. As Atividades e Condições dos Escravos

Certamente, nenhuma pessoa aceita trabalhar acorrentado se não é obrigado por uma necessidade econômica e, assim fazendo, aliena uma parte de sua independência.. Defender, no entanto que esta forma de necessidade não é de uma ordem diferente de todas as outras é puro sofisma.

“O sistema de trabalho assalariado tem como corolário maior o fato de que somos livres para não entrar no sistema, e de não ceder seu trabalho. Ora, esta liberdade, mesmo como ilusão não é o quinhão de nenhuma outra forma de trabalho dependente, seja em se tratando do servo, dos escravo por dívidas, do forçado ou do escravo-mercadoria.”¹³

No Brasil, como em diversas outras regiões da América, milhares de escravos foram empregados nas atividades urbanas as mais diversas. No meio rural, os negros trabalhavam na agricultura e na agro-manufatura. A grande fazenda escravagista representou a célula sócio-produtiva dominante no continente americano. Mesmo no século XVIII, quando as minas tornaram-se a atividade econômica mais rentável do Brasil, os latifundiários

¹¹ FINLEY, op. cit., 1981. p. 60.

¹² MAESTRI, op. cit., p. 123 - 124.

¹³ FINLEY. op. cit. 1981. p. 55.

escravagistas continuaram a produzir e exportar seus produtos. As primeiras fazendas escravagistas do Brasil foram destinadas à produção do açúcar. Quando da abolição da escravidão, numerosas destas instalações empregavam ainda a mão-de-obra escrava. Mais do que qualquer outra mercadoria, foi o açúcar, o doce açúcar, que simbolizou toda a dureza do trabalho humano nas plantações escravagistas.

O aprovisionamento das cidades dependia em grande parte destes escravos. Pela manhã, percorriam as ruas da cidade, oferecendo café, leite, pão. Alguns senhores acompanhavam seus escravos nas ocupações, porque muitos homens livres não admitiam que um negro tocasse num alimento como o pão. Os proprietários de escravos empregados na venda de produtos de valor acompanhavam-nos igualmente, por precaução. Encontrávamos assim vendedores de frangos, de forragem para animais de carga, de cestos, de milho, de alho, de cebolas, etc. Todos esforçavam-se para vender a quantidade de mercadorias determinada por seus senhores, a fim de evitarem-se castigos corporais. Alguns negros livres viviam igualmente destas humildes ocupações.

Os escravos com profissão constituíam um segmento da escravidão urbana representativo na sociedade escravocrata brasileira. Nas cidades, estes escravos tinham a possibilidade que para o escravo do campo, era inconcebível. Eles foram protagonistas de momentos singulares na história social brasileira e constituíram certamente as categorias de escravos que modelaram de maneira mas significativa a cultura nacional brasileira.

Os ricos proprietários empregavam um ou mais escravos na atividade mineira rudimentar. Em geral, exigiam de cada escravo uma certa quantidade de ouro por semana e estes últimos deviam vestir-se e alimentar-se graças ao excedente de sua produção. Alguns, mas em pequeno número, favorecidos pela sorte, puderam assim comprar sua liberdade e mesmo enriquecer. Muitos historiadores representaram ou representam ainda estes raros casos como normais e correntes ao curso do apogeu da produção mineira brasileira.

“A característica que coloca todas as diferentes formas de trabalho forçado a parte do trabalho livre (seja tratando-se de trabalho independente ou do trabalho a castigo), é que o trabalhador aqui se encontra claramente explorado.”¹⁴

Em geral, nesta época, os escravos possuíam, após quinze dias de trabalho, um único dia de repouso e as semanas de trabalho, sem domingo, eram denominadas “as semanas solteiras”. A origem da expressão, “adormecido como um negro de engenho”, conhecida no Brasil, deve-se ao seguinte: os cativos, exaustos pelas terríveis jornadas de trabalho, dormiam praticamente em pé.

“Nos engenhos, os escravos trabalhavam praticamente sem interrupção. A fim de racionalizar o processo produtivo, os senhores interditavam a seus escravos a prática de qualquer atividade produtiva autônoma e os alimentavam. A carne seca, proveniente das fazendas do Rio Grande do Sul e da região do Rio da Prata. A mandioca e o milho - base da alimentação dos escravos - eram produzidos nos engenhos, que deviam, de fato, possuir terra suficiente para a cultura destes gêneros de subsistência.”¹⁵

Tanto nas cidades, quanto no campo era corrente ver escravos vestidos unicamente com uma calça de algodão grosso listrado ou, mais simplesmente, com uma tanga

¹⁴ Idem. p. 57.

¹⁵ ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*. 2.ª ed., Melhoramentos, São Paulo, Brasília INL, 1976, pp. 67 et 68.

em tecido africano - pano-da-costa - ou em juta. Quanto às crianças, deixavam-nas normalmente nuas. Apesar da interdição dos escravos permanecerem nus ou mal vestidos.

· É difícil definir com precisão as condições gerais de vida e de trabalho dos escravos. A escravidão, no Brasil, durou mais do que em outros lugares. Além disso, ela abrangeu vastos espaços geográficos em situações completamente diferentes. As condições de vida dos escravos variavam em função do trabalho que realizavam e do status de seus senhores. O fato de que a maioria dos escravos tenham conhecido duras condições de vida é amplamente provado por uma impressionante quantidade de documentos e explicada pela economia da escravidão. No Brasil - e em outros lugares -, a expressão “trabalhar como um negro” quer dizer trabalhar duramente. A existência de comunidades negras contemporâneas não desmente certamente tais expressões lingüísticas.

“Levando-se em conta o caráter coercitivo da produção colonial assim como as más condições de vida e de trabalho as quais estavam submetidos, a punição física torna-se uma necessidade. A tortura era um fenômeno cotidiano dependente da vontade de cada proprietário. Ela tornava-se uma realidade inerente à sociedade escravagista e foi aceita por todos, aí compreendidos os escravos.”¹⁶

Alguns escravos eram presos ou retornavam, em caso de fuga, por sua própria vontade. Frederick Douglas, escravo norte-americano, que tornou-se, após sua fuga, um importante líder abolicionista conta que para escapar a uma punição, ele passou todo um dia escondido em um campo de milho¹⁷. Escrevia ele: (...) minha experiência de escravo me permitiu constatar que a cada vez que minhas condições de vida melhoravam, ao contrário de estar mais satisfeito, esta realidade não fazia nada mais do que aumentar, meu desejo de ser livre.¹⁸ Conceder aos escravos melhores condições materiais significava igualmente dar-lhes uma maior consciência de sua condição de escravo.

3. As Formas de Revoltas e de Resistências dos Escravos

As revoltas não eram, na maior parte dos casos, nada mais do que reações espontâneas contra um senhor ou um feitor muito exigentes. No decorrer dos últimos anos de escravidão, parece que tais ações tenham se tornado correntes. O jornal *Província de São Paulo* noticiava em 1885: “Fomos informados que na fazenda de Campo Alegre numerosos escravos se insurgiram e mataram o feitor. Um grupo de 10 escravos compareceu perante o juiz de Casa Branca”. No curso dos últimos meses de escravatura, alguns trabalhadores escravizados revoltaram-se para reivindicar sua libertação, um salário e melhores condições de vida e de trabalho.

De acordo com abundante documentação existente a propósito dos quilombos, revoltas, insurreições, etc. leva a crer que os atentados foram sistemáticos, ainda que, mais de uma vez, a dita conspiração não tenha sido nada mais do que fruto da imaginação do senhor.

Os negros não teriam então tomado consciência de suas necessidades históricas. No que concerne ao Brasil, Fernando Henrique Cardoso afirma que a resistência dos escravos “*não implicou jamais (...) modificações na estrutura de base que regia as relações senhores - escravos.*”¹⁹

¹⁶ GORENDER. op. cit., pp. 49 et seq.

¹⁷ MAESTRI, op. cit., p.151.

¹⁸ DOUGLASS p. 106.

¹⁹ CARDOSO, Capitalismo e escravidão no Brasil Méridional. O negro na

Sem dúvida alguma, uma revolta de escravos é extremamente difícil de preparar e de levar a bom termo. No entanto, alguns grupos explorados revoltaram-se diversas vezes e não sem sucesso, em condições não menos difíceis.

Frederick Douglas, o ex-escravo norte-americano, dizia :

*“Bate e chicoteia teu escravo, deixe-o esfomeado e embrutecido e ele seguirá a corrente de seu dono como um cão; mas alimente-o e vista-o bem, faz-lhe trabalhar moderadamente, cerque-o de conforto material e sonhos de liberdade aparecerão. Dê-lhe um mau senhor e ele desejará um bom mestre; dê-lhe um bom mestre e ele desejará tornar-se seu próprio senhor”.*²⁰

As formas de resistência à escravidão foram numerosas: sabotagem do trabalho, fuga, roubo, execução dos senhores, suicídio, formação de quilombos, revoltas, etc. Estas formas de luta determinaram a história da escravidão durante diversos séculos. Uma vez esgotadas as possibilidades da produção escravagista, a convergência do movimento abolicionista e da agitação dos escravos - manifestada sobretudo pelo abandono das plantações de café - criaram uma situação revolucionária que terminou na abolição da escravidão. Era historicamente inevitável que a abolição da escravatura não levasse as populações negras a uma total emancipação, nem do ponto de vista econômico nem político.. Esse movimento talvez tenha sido a única revolução social conhecida na história do Brasil .

As senzalas, que formavam o mais forte batalhão de resistência servil, tinham uma vida relativamente curta. A duração de vida reduzida e a reprodução artificial das equipes de escravos tornavam difícil a maturação e o desenvolvimento de uma “consciência revolucionária”. O nível intelectual da classe servil era muito baixo, o que inibia a formação de uma elite. O Brasil colonial e imperial encontrava-se dividido em diversas regiões praticamente autônomas do ponto de vista social e econômico. O frágil desenvolvimento das forças produtivas tornava impossível que todo projeto de sociedade alternativa ultrapassasse a escravidão.

Assim como o suicídio, o aborto e o infanticídio foram apresentados pela historiografia da escravidão como formas de resistência, desesperadas e conscientes. A mulher escrava, agindo de encontro a seus instintos maternos, interrompia a gestação ou eliminava o recém-nascido, rompendo assim a relação de submissão obrigatória e implacável que subjugava sua descendência. Na sua obra sobre a escravidão norte-americana, Lerone Bennett escreve: *“O tráfico negreiro é um mão negra que sufoca seu abençoado afim de que ele não venha a ser escravo”.*²¹ Inúmeros analistas da escravidão brasileira partilham desta opinião.

As razões que motivavam o suicídio dos escravos eram evidentemente múltiplas e encontravam sua principal origem nas duras condições de vida e de trabalho. Os escravos suicidavam-se por medo da punição ou após trabalhos que os tenham sido infligidos. Não era raro que a explicação imediata fosse o fracasso de uma tentativa de fuga. Alguns velhos escravos suicidavam-se por pavor da “man-missão”, ao mesmo tempo em que outros metiam fim a seus dias, após a recusa de seus senhores de libertá-los contra pagamento. Em alguns casos, o simples desejo de causar um prejuízo aos senhores poderia determinar este ato desesperado. Mas na maioria dos casos, os próprios escravos não tinham, sem dúvida, como

sociedade escravocravatra do Rio grande do Sul éd. Paz et Terra, Rio de Janeiro, 1977, pp. 141-2;

²⁰ FINLEY, op. cit., 1981. p. 61.

²¹ BENNETT., Before the Mayflower; A history of the Negro in America. 1619 - 1964. Penguin books, USA, 1980, p. 31:

explicar sua decisão. Ainda que o suicídio de escravos não tenha sido jamais muito significativo, em termos quantitativos, não deixava de ser uma fonte de preocupação para os senhores.²²

“Nas cidades, [dizia Roger Bastide], sobretudo onde podiam, à noite encontrar-se e reconstruir suas comunidades primitivas, mais do que no campo; suas revoltas são testemunho, sem dúvida, de um vontade de escapar, em princípio da exploração econômica de que eram objeto, e a um regime de trabalho odioso, mas não forçosamente e não completamente, em todo caso; eles eram também o testemunho da suas luta contra a dominação de uma cultura que lhes era estrangeira.”²³

Octavio Ianni é mais explícito sobre as revoltas e resistências dos escravos. Ele defende um caráter não revolucionário das classes submetidas e coloca **o acento** sobre sua incapacidade de ascender a um nível de consciência revolucionário.

“É a razão pela qual, na relação senhor-escravo, o antagonismo não se resume em uma luta revolucionária propriamente dita. O escravo pode fugir, esconder-se, suicidar-se, matar ou expropriar seu senhor e os membros da sua casta; ele pode mesmo se unir a outros negros e com eles se revoltar. Tais atos não são, no entanto, produto de sua compreensão política da alienação; eles representam, ao contrário, uma revolta que podemos qualificar de subjetiva, individual e anarquista.”²⁴

Porque também é um fato que na maior parte da história os dominados, os explorados pouco fizeram para transformar sua condição. Nem a escravidão nem a servidão, por exemplo, foram jamais abolidas pela ação dos escravos ou dos servos. As grandes revoltas servis foram emocionantes e dramáticas. As narrações normalmente foram feitas em livros de história, através de romances e de filmes, criando uma ilusão que lançou um véu sobre o duplo fato de que elas resultaram sempre em derrotas e que, de toda maneira, restaram como eventos excepcionais.

“Por outro lado, as pequenas comunidades de escravos fugitivos - os quilombos - se consagram a uma policultura rudimentar e vendiam seus produtos nas fazendas, nos vilarejos e nas cidades. Além disso, escravos de regiões diferentes alimentavam-se de maneira diferente, assim como, em uma mesma região, alguns comiam mais e melhor do que outros. Mas, de uma maneira geral, os negros brasileiros eram pouco ou mal alimentados.”²⁵

Podemos encontrar poucos historiadores defensores dos plantadores do sul. No entanto suas conclusões são tão diferentes quanto possíveis sobre todos os aspectos do tema, seja pelo caráter eficaz e rentável do trabalho servil, seja sobre a personalidade dos escravos, de suas reações, ou suas relações senhor-escravo.

No entanto, este desacordo é profundo e é, ainda, um debate virulento. Não há mesmo acordo sobre uma questão aparentemente simples como: até que ponto os escravos

²² MAESTRI, op. cit., p. 123.

²³ BASTIDE, *Les Amériques Noires*, Payot, Paris 1967.p. 29

²⁴ IANNI, *Escravidão e Racismo*, HUCTEC, Sao Paulo, 1978, pp. 35-6.

²⁵ HANDELMAN, *Historia do Brasil* 2 éd. Melhoramento, Sao Paulo, Brasília, INL, 1981. p. 293.

organizavam suas fugas, e em que medida foi isto feito sistematicamente e, por assim dizer, ideologicamente ?

Não há nada mais difícil do que traduzir a ideologia, seja sob forma quantitativa, seja sobre outro tipo de forma.

“Para mim, [diz Finley], é enganar-se sobre a natureza da pesquisa histórica reduzi-la a um jogo de bons e maus pontos que o historiador distribui fundamentando-se sobre seu próprio sistema de valores.”²⁶

O que admitimos geralmente é que os escravos, como classe, são, de uma maneira ou de outra, adaptados ao seu modo de vida; o que significa que os revoltados declarados, os fugitivos, etc. não o foram mais do que uma pequena minoria, que, provavelmente, assustou os senhores, mas não perturbou o sistema.

Como realizaram eles esta adaptação ?

Conclusão

Em toda a América escravagista, em particular no Brasil, a luta dos escravos contra a escravidão revestiu-se de formas singulares, mesmo que já bem conhecidas sob a escravidão clássica. Algumas destas formas foram, até os últimos anos, praticamente ignoradas pelos analistas contemporâneos. A resistência dos escravos apareceu de maneira quotidiana ou episódica. O escravo recusava o trabalho: mostrava-se inábil, preguiçoso, irresponsável; sabotava os instrumentos de trabalho; roubava a cada vez que podia, a fim de amenizar a miséria material e moral na qual se encontrava. Os mais desesperados suicidavam-se. Os mais exasperados exerciam sua vingança contra os brancos - mesmo se o branco fosse um feitor ou um senhor negro. Ele fugia para perambular só, pela floresta ou para entrar em um quilombo. Os escravos se insurgiam contra seus mestres ou contra a escravidão.

“A escolha dos eventos que devem ser organizados em uma seqüência temporal, devem ser colocados em relação uns com os outros, depende inevitavelmente de um julgamento que postule que eles têm por definição relação entre eles, seja o julgamento formulado ou não nestes termos; julgamento que decorre da maneira como o historiador concebe as relações existentes entre estes eventos que foram o recito e de fatores de longa duração que, não são diretamente, eles próprios, elos da cadeia de eventos.”²⁷

Por trás de todas estas interrogações, a escravidão apresentou-se, segundo meu ponto de vista, como uma questão inicial, vasta, de implicações importantes. No contexto da história universal, não é com efeito a escravidão, mas o trabalho livre, o trabalho assalariado, que constitui a singularidade. Durante a maior parte dos milhares de anos da história humana e na maior parte das regiões do mundo, a força de trabalho não foi uma mercadoria que pôde ser vendida e comprada separadamente, abstração feita da pessoa do trabalhador. O trabalho em proveito de outro é, ordinariamente, realizado sob constrangimento, ao senso estrito do termo por força de um estatuto superior ou condições particulares, como o endividamento.

²⁶ Cf. Moses I. FINLEY, *L'Invention de la Politique*. Paris Flammarion. 1985. p. 32.

²⁷ Cf. FINLEY. op. cit. 1981. p. 131.

*“Nós historiadores, por vezes, ‘confundimos os ignorantes’, mas não podemos pretendê-lo, esperamos, “machucar as orelhas” de todos por horríveis discurso, tornando malucos os culpados e aterrorizando os homens livres.”*²⁸

Assim, o escravo, cansado de trabalhar, viveu e lutou em função de sua possibilidade. Entretanto, bem que ele tenha se debatido fundamentalmente por sua existência biológica, não foi determinante para o desenvolvimento, a crise e a ultrapassagem da produção escravagista.

A partir destas considerações, constato que alguns historiadores tiveram concepções muito generalistas da realidade da escravidão no Brasil. Isso nos conduz a colocar a questão da singularidade e da subjetividade da escravidão no Brasil. Mesmo se o historiador não dispõe de outras fontes, ele deve classificar os eventos em uma seqüência temporal, a fim de fornecer datas mais exatas, em um contexto específico. Infelizmente, mesmo trabalhando no interior de um domínio muito restrito, alguns historiadores sentem a necessidade de inventar eventos, em algumas vezes até mesmo a história.

Bibliografia

- [1] ANTONIL, A. J. Cultura e Opulência do Brasil. 2 ed. Melhoramentos; São Paulo, Brasília INL, 1976
- [2] BASTIDE, Roger. Les Amériques Noires. Payot, Paris, 1967.
- [3] BENNETT, J. R. Lerone. Before the Mayflower: A history of the Negro in America. 1619 - 1964, Penguin books, USA, 1980.
- [4] CARDOSO, Fernando H. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio grande do Sul., Paz et Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- [5] COSTA, Emilia Viotti da. Da Senzala à Colônia, Ciências Humanas, São Paulo 1982
- [6] CROS, Claudi R. La Civilisation Afro- Brésilienne, PUF, Collection (Que sais-je) Paris 1997.
- [7] DOUGLAS, Frederick, Narrative of the life Frederick Douglass: na american slave written by himself - New-York: Anchor Books, 1973. Reprod. Photomécanique de l'ed. de: Boston: Anti- slavery office, 1845.
- [8] FINLEY, Moses I. Mythe, Mémoire, Histoire. Flammarion, Paris, 1981.
- [9] _____ - L'Invention de la Politique; Flammarion, Paris, 1985
- [10] FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala... 32^a ed. Editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo 1992
- [11] GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 4 ed., Ática, São Paulo, 1985.
- [12] HANDELMAN, H. Historia do Brasil 2. ed., Melhoramento, São Paulo, Brasília, INL, 1981.
- [13] IANNI, Octavio. Escravidão e Racismo. HUCTEC, São Paulo, 1978.
- [14] LUSOTOPIE, Lusotropicalisme-Ideologies Coloniales et identités nationales dans les mondes Lusophones. Editions Karthala, Paris, 1997.
- [15] MATTOSO, Katia de Queiros. Ser escravo no Brasil., Brasiliense, São Paulo, 1982.

²⁸ Idem. p. 41.

[16] MESTRI, Mario. L'esclavage au Brasil . Karthala, Paris, 1991.